



ANÁLISE DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NAS TERRAS INDÍGENAS GUARANÍ E KAIOWÁ NO MATO GROSSO DO SUL

N. L. Almeida¹, R. Arruzzo², M. Richter³

¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

²DEGEO - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

³DEGEO - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Comissão V – Gestão Territorial e Cadastro Técnico Multifinalitário

RESUMO

O Mato Grosso do sul hoje concentra 8 reservas indígenas com presença Guarani e Kaiowá, 21 Terras indígenas desta mesma etnia e aproximadamente 28 acampamentos que são habitados por famílias destituídas de suas terras. A ocupação sistemática dos territórios Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul por não índios vem degradando o ambiente e forçando o deslocamento dos indígenas de suas áreas tradicionais. O território Guarani no Mato Grosso do Sul se estabelece em sua maioria no sul do estado onde a vegetação originária era a Mata Atlântica, nesse sentido este trabalho buscou analisar a condição do uso e cobertura destes territórios a partir de produtos temáticos gerados pelo PROBIO/MMA e pela SEPLAN objetivando qualificar o grau de degradação do ambiente e a vulnerabilidade em termos de pressões de uso a que os indígenas estão submetidos.

Palavras-chave: Uso da Terra, Geoprocessamento, Guarani, Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

Today, Mato Grosso do Sul concentrates 8 indigenous reserves with presence of Guarani and Kaiowá, 21 indigenous lands of this ethnic group and approximately 28 camps that are inhabited by families from their lands. The systematic occupation of the Guarani and Kaiowá territories in Mato Grosso do Sul by non-Indians has been degrading the environment and forcing the displacement of indigenous people from their traditional areas. The Guarani territory in Mato Grosso do Sul, mostly in the south of the state where native vegetation was an Atlantic Forest, in this sense this work sought to map the use and coverage of these territories to observe the degree of degradation of the environment and vulnerability to which the indigenous are submitted.

Keywords: Land Use, Geoprocessing, Guarani, Mato Grosso do Sul.

1- HISTÓRICO DE REOCUPAÇÃO

Cavalcante et al (2010) afirmam que por volta dos anos 1850 no sul do atual Mato Grosso do Sul

(MS) encontrávamos vasta área de erva-mate, provavelmente cultivada pelos indígenas, já que eles tradicionalmente usam essa erva para consumo. Os

autores ressaltam que em 1882 o Estado forneceu as primeiras concessões de terras para exploração da erva-mate a um empresário que chegou a concentrar 5.000.000 ha de terras que junto com a pecuária foi uma das primeiras atividades econômicas e das mais lucrativas do MS.

Aproximadamente em 1930 houve um considerável declínio da exploração do Mate que rastejou até aproximadamente 1943 quando o governo Vargas criou a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) que além da doação de terras (30 ha a cada colono) ofereceu também alguns subsídios para estimular a produção agrícola entre os colonos. Através dessa política foi possível a abertura da fronteira agrícola e consequentemente a ocupação sistemática dos territórios indígenas por não índios.

A Colônia agrícola foi criada pelo Governo Vargas com a intenção de “povoar o país” desconsiderando a existência de povos tradicionais na região; produzir mais, numa perspectiva de ampliar mercados e modificar o papel desempenhado pelo sul do estado de Mato Grosso, na divisão territorial do trabalho e como estratégia de assegurar a nacionalização das fronteiras com a chamada campanha “marcha para Oeste”.

O interesse do Governo nestes territórios resultou no confinamento dos Indígenas do MS em Reservas criadas através do SPI. (Serviço de Proteção ao Índio). Estas reservas demarcadas significaram um confinamento por serem insuficientes para a produção e reprodução do seu modo-de-ser. Liberando terras para os Migrantes praticarem agricultura, o governo perdeu o controle da quantidade de colonos que ao ouvirem falar de terras da união migraram para região que não teve preparo e estrutura para receber número tão elevado de pessoas que passaram o lotear por conta própria ocasionando grande desmatando.

Smaniotta (2007), afirma que pelo município de Dourados, ter sido totalmente colonizado e ter havido períodos de grande produção agrícola, o solo que é misto e arenoso (fraco), fez a produção ir diminuindo e o número de agricultores também, cujos sítios acabaram sendo aglutinados em grandes fazendas e se tornaram pastagens, o que com as novas tecnologias de correção do solo pode iniciar um novo ciclo de expansão agrícola.

2- O RECONHECIMENTO QUE NÃO VEIO

A reserva de terras devolutas já era objeto de garantia da Lei nº 601, de 1850, mais tarde esse direito foi regulado pela Constituição de 1988, sendo esse um direito reconhecido pelo fato histórico de que os índios foram os primeiros ocupantes do Brasil, porém ainda hoje esse direito está sob ameaça embora a carta magna tenha definido que até 1993 o governo brasileiro

deveria demarcar todas as terras indígenas, o que não ocorreu. O contrário e ainda mais perverso, o atual governo vem tirando um após outro todos os direitos adquiridos pelos indígenas numa política desenvolvimentista através do capitalismo pautado em um agronegócio perverso que passa por cima dos direitos anteriormente adquiridos. Essa pressão vem ocorrendo através do avanço da fronteira agrícola e pecuária sob as terras indígenas resultando em conflito entre e os indígenas e atores do agronegócio.

3- DESENVOLVIMENTO X TEKOHÁ

As áreas habitadas pelos Guarani são nomeadas de Tekohá, etimologicamente é uma palavra composta pela fusão de teko e há. Teko abrange entre outras coisas: modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, costume e há – como sufixo posposto indica o lugar onde se vivencia o teko – o modo-de-ser Guarani (BRAND, 1997) apud (Lima 2012). Podendo ser entendido como o lugar onde se pode viver do seu modo. Estas áreas também são habitadas por seres invisíveis com os quais os Kaiowá devem manter uma complexa relação respeitosa para que possam plantar, caçar ou coletar frutos e vegetais. (ARRUZZO, 2017) Por isso não basta qualquer terra, ainda que ela esteja “doente”, desmatada, desgastada, pois não é a terra que pertence aos indígenas e sim os indígenas que pertencem a ela.

Portanto a relação indígena com a terra e a natureza é uma relação de ancestralidade e pertencimento e não uma relação de posse e de recurso como para os capitalistas.

A retirar direitos já adquiridos, dificultar ou inviabilizar processos de demarcação tem sido a prática do Governo através da bancada Ruralista para que essas terras possam ser utilizadas por não-índios, ou seja "fazendeiros" para o plantio das monoculturas e ou criação de gado. O projeto do agronegócio é monopolizar o campo; o que resulta em perda da diversidade agrícola e de direitos dos pequenos agricultores e principalmente das comunidades indígenas.

Segundo a via campesina o agronegócio só alimenta 30% da população mundial mas consomem 80% das terras agrícolas, 80% dos combustíveis fósseis que se usa na agricultura e 70% da água de uso agrícola.

Importante observar que os projetos dos governos sempre foram pautados na economia externa, visando o desenvolvimento econômico capitalista de interesse dos grandes proprietário de Terras que muitas vezes são os próprios que estão flexibilizando as leis aos seus interesses e que vem através do discurso do desenvolvimento promovendo violência, racismo

ambiental e fortalecendo suas monoculturas ainda que resulte em morte de seus verdadeiros herdeiros nos conflitos por terras e por fome de nutrientes.

4- O ESTADO ATUAL DAS TERRAS INDÍGENAS

Relatos dos Kaiowá e registros diversos apontam que este povo ocupava prioritariamente zonas de mata e próximas a fontes de água em pequenos grupos dispersos (Colman e Brand, 2008 e Grunberg, 2006) apud (Arruzzo, 2017) vide figura 1. Onde desenvolveram um sistema de agricultura, coleta e caça então puderam se fixar com suas famílias e praticar suas festas e crenças.

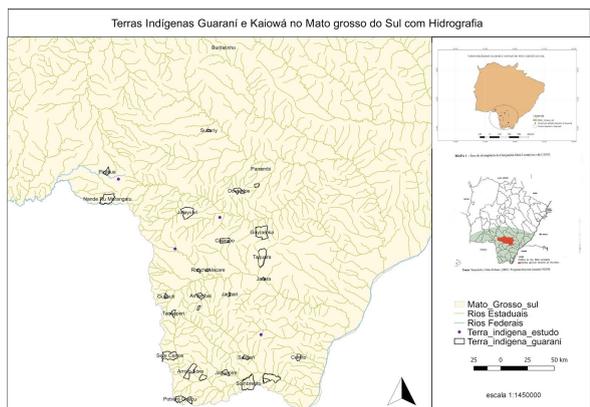


fig.1 Mapa de localização das TIs Guarani e Kaiowá e sua relação com os processos coloniais. FONTE: O autor (2017)

Para a realização da análise do mapeamento de uso e ocupação das TIs foram utilizadas as bases geradas pelo Projeto Probio do Ministério do Meio Ambiente, do banco de dados SISLA (Sistema Interativo de Suporte ao Licenciamento Ambiental) e do projeto TerraClass 2013. O recorte das áreas de interesse, assim como a geração dos mapas temáticos de uso e cobertura da terra por TI foi realizado no programa gratuito e livre QGis, versão 2.18. Em sequência, foram quantificados os uso e gerados gráficos de modo a facilitar a interpretação dos resultados alcançados

As TIs analisadas foram as com presença de Guarani e ou kaiowá enquadradas nas categorias: Terras Indígenas Homologadas, Terras Indígenas Regularizadas, Terras Indígenas declaradas e Terras Indígenas demarcadas de acordo com a figura 2. Onde as “TIs Homologadas são são Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial, As Regularizadas são as que após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União, As Declaradas obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a

materialização dos marcos e georreferenciamento e As Delimitadas são as Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena”(FUNAI).

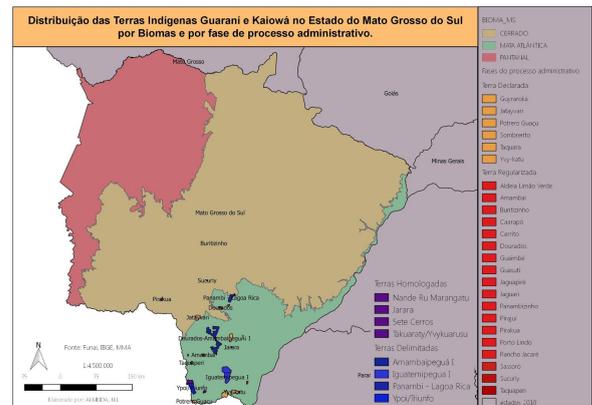


fig.2 Distribuição das Terras Indígenas por biomas e por processo administrativo. FONTE: O autor (2017)

O Uso foi analisado seguindo as classes de legenda, estabelecidas no projeto Probio para as áreas de Mata Atlântica que são: formação pioneira com influência fluvial e/ou lacustre, savana gramíneo-lenhosa, agropecuária, savana florestada, agricultura, floresta estacional semidecidual submontana, floresta estacional semidecidual montana, corpos d'água e pecuária (pastagem). Para as áreas do cerrado foi utilizado o mapeamento do projeto TerraClass 2013 em que classifica as áreas naturais em: Florestal, Savânica e Campestre e as áreas Antropizadas em: Agricultura anual, Agricultura Perene, Mineração, Mosaico de ocupações, Pastagem plantada, Silvicultura e Solo exposto.

Onde pudemos observar grande alteração na cobertura original nos territórios indígenas devido às grandes pressões que sofrem, tanto externa com alteração da vegetação natural do entorno, por agricultura, pecuária, abertura de estradas, urbanização, mineração entre outros processos que inviabilizam um ecossistema equilibrado, quanto interna face à grande concentração de indígenas em algumas TIs, o que não favorece a sustentabilidade do ecossistema local e além e principalmente devidos as diversas invasões e despejos sofridos por eles dificultando suas práticas e os negando a viverem do seu modo.

A exemplo disto, na Terra Indígena Cerrito podemos observar as pressões do entorno, a direita o solo está bastante degradado caracterizando pastagem,

a sudeste é visível a prática de monocultura e no interior da TI os dados obtidos conforme a figura 3 onde foram observados de 31% de Agricultura, 3.5% de Agropecuária 25% de pastagem, 12.5% Savana Florestada ,3.9 % formação pioneira e apenas 25 % de Floresta o que reflete que a demora na homologação das TIs e a não existência de uma zona de amortecimento tem impactado bastante as os territórios Indígenas.

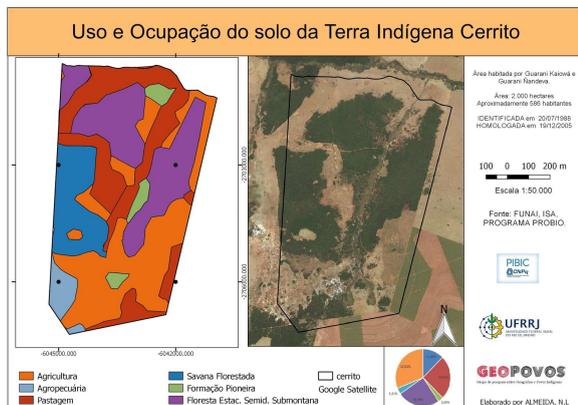


Fig.3 Mapa de uso e ocupação do solo de Cerrito FONTE: O autor (2017)

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Grupo de Pesquisas GeoPovos pelos dois anos de aprendizado, a Vitória Mendonça Albano colega de graduação que contribuiu nesta pesquisa e ao CNPq pelo apoio por meio do programa de iniciação científica PIBIC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZO, R. **Os significados das territorialidades: entendendo os conflitos por terra entre fazendeiros e os Guarani no Mato Grosso do Sul.** Edital de Ciências Humanas e Sociais - CNPq, R.J, mai./jul. 2017

AUGUSTO, F. e ALMEIDA, A. **"A ação do SPI e da FUNAI junto aos Kaiowá e Guarani, no MS."** (2014).

BASTA, L; DA HORA BERNARDELLI, M.L F. Glória de Dourados–MS: Elaboração Cartográfica Aplicada a Realidade do Pequeno Município. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-16, 2011.

EMBRAPA, Projeto GEOMS. Disponível em:

<<https://www.macroprograma1.cnptia.embrapa.br/projeto/geoms/oprojeto/descricao>> Acesso em 01 de Julho de 2017.

LIMA, S. C. A. **"Concepções de natureza e território na visão dos professores Guarani da escola indígena de Dourados/MS."** (2012).

Rojerokyhina ha roikeyvytekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos AtyGuasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 2014. Tonico Benites Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2014.

SISLA, Downloads Dados Complementares. Disponível em: <http://sisla.imasul.ms.gov.br/Downloads/dados_complementares/> Acesso em 01 de Julho de 2017

SIQUEIRA, E. M. **O Serviço de Proteção ao Índio e as Políticas de Desenvolvimento nas Reservas Kiowá e Guarani no Posto Indígena Benjamim Constant, 1940-1960.** 2007. Dissertação (mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul. 2007.

SIQUEIRA, E. M. **Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul: os conflitos de terra e as marcas do SPI.**

SMANIOTTO, C. R.. **Programa Kaiowá Guarani/NEPPI.**(2007)